



Gestão Democrática na Educação Escolar Quilombola

Democratic management in Quilombola school education

Jacyguara Costa Pinto¹ Aliny Ribeiro Santana²
Liduína Maria Bezerra Façanha Rodrigues³ Maria Helena Cruz da Silva⁴
Manuela Andrade Ferreira⁵ Natanael Quadro da Rocha⁶
Nelson Noronha de Castro⁷ Paulo Ronaldo da Costa Brito⁸

Submetido: 15/08/2023 Aprovado: 31/08/2023 Publicação: 05/09/2023

RESUMO

O artigo apresenta estudos sobre gestão democrática na educação escolar Quilombola. O objetivo consistiu-se em analisar a concepção do Conselho Escolar sobre gestão democrática no contexto da Educação Escolar Quilombola. A metodologia consistiu-se em organizar revisão sistemática utilizando o método de pesquisa bibliográfica, a abordagem qualitativa de natureza descritiva. O levantamento de dados identificou amostra de 10 publicações, selecionados por se adequarem aos critérios de inclusão e de exclusão. Nos resultados e discussões buscou-se analisar os Conselhos Escolares como posição central nas escolas quilombolas, emergindo como agentes impulsionadores da gestão democrática e da participação comunitária. Concluiu-se que o sucesso dos Conselhos Escolares requer um compromisso contínuo com a capacitação dos membros e com a garantia de autonomia frente às autoridades educacionais. Somente através de uma colaboração genuína e um entendimento mútuo, esses conselhos podem realizar plenamente seu potencial transformador, contribuindo para uma educação mais inclusiva, equitativa e culturalmente enriquecedora.

Palavras-chave: Conselho Escolar. Gestão Democrática. Educação Quilombola.

ABSTRACT

The article presents studies on democratic management in Quilombola school education. The aim was to analyze the School Council's conception of democratic management in the context of Quilombola School Education. The methodology consisted of organizing a systematic review using the bibliographical research method and a qualitative approach of a descriptive nature. The data collection identified a sample of 10 publications, selected because they met the inclusion and exclusion criteria. The results and discussions sought to analyze School Councils as a central position in Quilombola schools, emerging as driving agents of democratic management and community participation. It was concluded that the success of School Councils requires an ongoing commitment to training members and guaranteeing their autonomy from the educational authorities. Only through genuine collaboration and mutual understanding can these councils fully realize their transformative potential, contributing to a more inclusive, equitable and culturally enriching education.

Keywords: School councils. Democratic Management. Quilombola education..

¹ Doutor em Ciências da Educação, - Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. jacyguaracosta@gmail.com

² Mestranda em Ciências da Educação- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, alinyribeirosantana@gmail.com

³ Mestra em Ciências da educação pela Universidad Internacional das três fronteras-UNINTER. liduinavillys@gmail.com

⁴ Mestranda em Ciências da Educação- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, helenacruzsilva27@gmail.com

⁵ Mestranda em Ciências da Educação – Facultad Interamericana de Ciencias Sociales- nuelamf@gmail.com

⁶ Mestrando em Ciências da Educação- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, naelderocha@gmail.com

⁷ Mestrando em Ciências da Educação- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, noronha.nelsoncastro@gmail.com

⁸ Mestre em Ciências da Educação, pela Facultad Interamericana de Ciencia Sociales. profpauloeff@hotmail.com

1. Introdução

O artigo apresenta estudos sobre gestão democrática na educação escolar Quilombola. Portanto, ao se pretender investigar acerca da perspectiva do Conselho Escolar em relação à gestão democrática no âmbito da Educação Escolar Quilombola, constatou-se que o estudo foi relevante para se conseguir entender que a gestão escolar democrática abrange a exercício de autoridade, procedimentos de planejamento, tomada de decisões, avaliação dos resultados alcançados, e outros elementos afins. Isso implica em reforçar os métodos de participação das comunidades local e escolar na gestão da escola, descentralizando as instâncias de decisão e compartilhando obrigações (DOURADO, 2006).

A efetiva aplicação da gestão democrática no contexto da Educação Escolar Quilombola também requer a participação ativa das comunidades quilombolas e suas lideranças. “A história do povo remanescentes de Quilombos vem marcada por intensa exclusão da educação brasileira e de outros setores da sociedade” (DOS SANTOS MIRA & PINTO, 2023, p.132). Isso pressupõe a necessidade de um diálogo entre a administração escolar, a coordenação pedagógica e as organizações do movimento Quilombola a níveis local, regional e nacional, para que a gestão possa contemplar os elementos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos do ambiente sociocultural Quilombola onde a escola está inserida (BRASIL, 2012).

A democratização da escola envolve repensar sua estrutura e administração, através da reconfiguração das formas de seleção do diretor e do desenvolvimento e consolidação de outras formas de participação. Dos Santos Silva e Pontes (2023), a escola tem um compromisso prioritário em formar o cidadão para exercer suas funções de acordo com todo o processo de evolução científica e tecnológica. Portanto, é de extrema importância assegurar que, no processo de democratização, ocorra uma construção colaborativa do projeto pedagógico, a consolidação dos conselhos escolares e das associações estudantis, entre outros mecanismos. Isso implica que a cultura e a estrutura organizacional da escola somente alcançarão a democratização se todos os envolvidos em sua vivência diária contribuírem para essa transformação.

É essencial reestruturar a administração interna da escola para concretizar a noção de gestão democrática. Portanto, a efetivação da gestão democrática ocorrerá quando a participação da comunidade nas decisões escolares proporcionar condições reais para atender suas necessidades de forma eficaz (PARO, 2016). Dessa maneira, uma gestão democrática exige o envolvimento das pessoas, visto que a escola desempenha um papel central nas decisões e na mediação.

A temática da gestão democrática originou-se das preocupações em relação à Educação Escolar Quilombola praticada nas comunidades remanescentes de quilombolas no Estado do Amapá. A visão sobre a gestão democrática no contexto da Educação Escolar (que deveria ser Quilombola) expandiu ao contemplar a realidade de cada comunidade quilombola que a realiza.

A identificação dessas realidades distintas, no que diz respeito à gestão democrática, estimulou o interesse em explorar diferentes contextos, especialmente a perspectiva do Conselho Escolar sobre a gestão democrática na Educação Escolar das Comunidades Remanescentes de Quilombola.

Neste estudo, as comunidades remanescentes de quilombos são entendidas como grupos étnico-raciais que se autodefinem, possuindo uma trajetória histórica própria e relações territoriais específicas. Eles têm uma presunção de ancestralidade negra que se relaciona com a resistência à opressão do passado escravista (juntamente com desigualdades raciais e econômicas, entre outros).

Também é importante reconhecer que essas comunidades obtiveram um reconhecimento oficial de sua cultura e identidade, embora enfrentem conflitos fundiários, que remetem a um passado marcado por lutas por suas terras. A forma como se relacionam com a terra, praticam a produção coletiva, estabelecem relações sociais comunitárias e valorizam aspectos sociais e culturais, ressalta a relevância do conceito de território para esses indivíduos carregados de significados identitários (FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2014).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ) estipulam que a Educação Escolar Quilombola engloba escolas situadas em territórios quilombolas e escolas que atendem a estudantes provenientes desses territórios. Essa abordagem educacional baseia-se na memória coletiva, nas línguas remanescentes, nas realizações culturais, nas tecnologias e métodos de trabalho, nas tradições orais, nas celebrações, nos costumes, nas práticas e demais elementos, incluindo a territorialidade, que compõem o patrimônio cultural das comunidades remanescentes de quilombolas em todo o país (BRASIL, 2004).

Assim, através da revisão sistemática de literaturas, a partir desse momento, buscou-se, como objetivo geral, analisar a concepção do Conselho Escolar sobre gestão democrática no contexto da Educação Escolar Quilombola.

2. Materiais e Métodos

Para a construção do artigo em que buscou-se analisar a concepção do Conselho Escolar sobre gestão democrática no contexto da Educação Escolar Quilombola foi organizada uma revisão sistemática que seguiu um protocolo metodológico específico, iniciado pela seleção do método de pesquisa bibliográfica.

Segundo Gil (2020) a pesquisa bibliográfica consiste-se em método utilizado para se coletar informações sobre os objetivos que estão sendo pesquisados e sobre o tema, utilizando-se livros, artigos, teses, revistas científicas e outros materiais acadêmicos e científicos. Esse tipo de pesquisa foi escolhido por ser amplamente utilizado em diversos campos acadêmicos e científicos e serve como base para embasar estudos, trabalhos acadêmicos, monografias, dissertações, teses e projetos de pesquisa.

Esses materiais acadêmicos e científicos foram obtidos por meio de levantamento que fora realizado por meio da barra de pesquisa do site Google Acadêmico, em que foram pesquisados os termos descritores deste artigo: Conselho Escolar, Gestão Democrática, Educação Quilombola. Sendo identificados 19.700 resultados na pesquisa realizada no dia 10 de agosto de 2023. Então, optou-se por adotar um crivo denominado “período específico”, delimitando o recorte espaço-temporal para 2018 a 2023, reduzindo-se para 15.700 resultados. Também se delimitou para serem mostrados apenas “artigos de revisão” e “pesquisas páginas em português”, sendo identificados 67 resultados, os quais se tornaram o campo amostral da pesquisa.

De maneira geral, foram incluídos esses 10 estudos porque se adequavam aos critérios de inclusão: estudos em língua portuguesa, publicados entre 2018 a 2023, e não continham somente resumos. Como critérios de exclusão, não foram utilizados estudos em língua estrangeiras e estudos que não tivessem relação com os descritores definidos.

Os dados selecionados foram organizados nos tópicos resultados por meio de um quadro (Ver Tabela 1), contendo a identificação do autor e do ano da pesquisa, o tema do estudo e a metodologia que fora adotada. E na seção discussão, constam as análises dos resultados, considerando a adequação das abordagens em duas categorias: gestão democrática na escola quilombola e conselho escolar em escola quilombola.

A análise dos dados aconteceu utilizando a abordagem qualitativa de natureza descritiva, considerando-se a análise do conteúdo, adotando-se a interpretação desses estudos, e organizando sínteses e resumos sobre cada abordagem conforme a abordagem de cada autor.

3. Resultados

Esta seção contém a descrição dos estudos que foram selecionados para a construção deste artigo. Assim, a tabela 1 apresenta a identificação do autor e do ano da pesquisa, o tema do estudo e a metodologia que fora adotada.

Tabela 1. Estudos selecionados como amostra.

Autor (ano)	Tema do estudo	Metodologia
Vercelli; Bauer (2019)	Gestão educacional: limites e possibilidades	Revisão de literatura
Franco; Gomes (2020)	Educação inclusiva para além da educação especial: uma revisão parcial das produções nacionais	Revisão de literatura
Costa; Andrade; Andrade (2022)	Formação docente e escola quilombola: compreensão através da análise da literatura	Revisão de literatura
Arruti (2017)	Conceitos, normas e números: uma introdução à educação escolar quilombola	Revisão de literatura
Campos; Gallinari (2017)	A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil.	Revisão de literatura
Santos; Silva; Silva, (2021)	A concepção do conselho escolar sobre a gestão democrática no contexto da educação quilombola	Revisão de literatura
Baile (2016)	Dinâmicas raciais no Brasil contemporâneo: uma revisão empírica	Revisão de literatura
Sousa et al. (2016)	Conselho de alimentação escolar em escolas quilombolas goianas: exercício do controle social	Revisão de literatura
Silva; Santos; Silva (2021)	A concepção do conselho escolar sobre a gestão democrática no contexto da educação quilombola	Revisão de literatura
Custodio (2019)	Educação escolar quilombola no estado do Amapá: das intenções ao retrato da realidade	Revisão de literatura

Fonte: O autor (2023).

A tabela apresenta uma seleção de estudos sobre temas relacionados à educação escolar Quilombola e gestão educacional, todos conduzidos através de revisões de literatura. Cada estudo aborda um aspecto específico dentro desse âmbito, contribuindo para a compreensão mais profunda das questões pertinentes. A análise da amostra revela a diversidade de enfoques e abordagens na pesquisa sobre educação Quilombola e gestão escolar.

4. Discussão

Categoria 1: Gestão democrática na escola quilombola.

De acordo com os estudos de Vercelli; Bauer (2019), uma escola que fomenta atividades democráticas internas, dando ênfase à autonomia, abre caminho para uma sociedade transformadora e participativa, na qual os indivíduos exercem seus direitos com base em deveres, expressando-se com liberdade, de forma crítica e consciente. Esse cenário propicia uma educação igualitária. Segundo

A missão da escola quilombola é destacada na medida em que capacita os educandos a agirem como agentes de transformação em uma sociedade globalizada, garantindo uma educação de qualidade, criativa e inovadora. Com uma visão de renovação escolar, busca-se sempre o respeito mútuo, a autonomia e o aprimoramento na construção da cidadania. Esse ambiente deve cultivar o amor, a responsabilidade, a cooperação, a união, tendo como principal objetivo facilitar o progresso do ensino e da aprendizagem.

Franco; Gomes (2020) enfatiza que a participação dos cidadãos na escola vai além dos aspectos pedagógicos, formando não apenas alunos, mas cidadãos ativos e críticos, desempenhando papéis institucionais cruciais no processo de orientação da sociedade civil. Nesse contexto, é fundamental que a gestão esteja alinhada aos requisitos do sistema educacional, permitindo a democracia dentro da escola. Isso cria uma colaboração conjunta, na qual a comunidade escolar estabelece seus objetivos e metas, inserindo-se de maneira mais equitativa e uniforme no contexto sociocultural. Isso possibilita a descentralização educacional e a disseminação das práticas escolares.

A participação na escola se manifesta por meio da intervenção nas propostas estabelecidas pelos gestores, o que pode ocorrer de duas maneiras. A interna envolve a capacidade da comunidade escolar e de todos os componentes da instituição em desenvolver e propor práticas formativas que promovam a autonomia escolar, baseadas em elementos pedagógicos, curriculares e organizacionais. O autor também menciona o aspecto externo, no qual profissionais escolares, alunos e pais participam de forma integrada com os gestores nos processos de tomada de decisão.

Costa; Andrade; Andrade (2022) entendem que a escola pública progrediu no processo de democratização da gestão, alinhada às políticas públicas educacionais voltadas para a democratização escolar e a qualidade de ensino. Os Conselhos Escolares, constituídos pela gestão, possibilitam a participação da comunidade nas decisões, oferecendo à população um maior conhecimento das atividades desenvolvidas pela escola e proporcionando o direito de intervenção nas tomadas de decisão.

A democracia como um regime político de soberania popular, respeitando integralmente os direitos humanos. O direito às tomadas de decisão é um regime de proteção que garante a igualdade e justiça dos cidadãos. Esse regime busca integrar as várias formas pelas quais as pessoas se expressam, conectando a experiência política com a social, de modo que os construtores respeitem os limites da transparência, imparcialidade e moralidade públicas (Costa; Andrade; Andrade, 2022).

Assim, Arruti (2017) explicou que no contexto atual, a gestão democrática precisa ser uma expressão do desejo de participação popular, podendo ser exercida pela sociedade civil por meio

de uma organização independente. Portanto, a gestão democrática considera o gestor como um agente capaz de promover e motivar indivíduos, com o objetivo de somar esforços coletivos para alcançar os objetivos da escola, entendendo também que o gestor é um elemento de trabalho da educação.

O gestor de uma instituição é um líder capaz de promover a independência das ações escolares, mas isso só será possível quando houver uma participação real na política democrática e participativa dentro da escola. Isso se baseia nos princípios e diretrizes educacionais do Projeto Político Pedagógico (PPP) e no fortalecimento do Conselho Escolar e outras instâncias colegiadas. Aruti (2017) destacou que o projeto é uma ação consciente, planejada com vistas ao futuro, uma mistura de realidade e supra-realidade que visa à transformação.

Por fim, Campos; Gallinari (2017) explicaram que a escola, como espaço de interações sociais e humanas, é um ambiente propício para discutir políticas públicas, com a instituição abraçando a democratização e a participação de toda a comunidade escolar, em busca da qualidade educacional proposta e delineada no projeto político-pedagógico. Portanto, os programas e projetos da escola têm como objetivo transformar intenções em ações, dentro das possibilidades de cada instituição, buscando direção e comprometimento, definindo coletivamente as etapas necessárias para alcançar a qualidade do ensino.

Categoria 2: Conselhos Escolares em escolas quilombolas.

Os Conselhos Escolares no entendimento de Santos; Silva; Silva, (2021), desempenham um papel significativo nas escolas quilombolas, desdobrando-se em instrumentos valiosos para promover a gestão democrática e a participação ativa da comunidade na tomada de decisões educacionais. Como órgãos colegiados, os Conselhos Escolares têm o potencial de refletir os valores, as necessidades e as aspirações das comunidades quilombolas, contribuindo para uma educação mais contextualizada e relevante.

Portanto, conforme Santos; Silva; Silva, (2021), os Conselhos Escolares assumem uma função de extrema importância nas escolas quilombolas, constituindo-se em ferramentas essenciais para a promoção de uma gestão educacional democrática e para a efetiva participação da comunidade de origem quilombola nas decisões que afetam a educação. Na sua essência, os Conselhos Escolares são instâncias de corresponsabilidade, nas quais diversos segmentos da escola e da comunidade unem esforços para moldar o direcionamento educativo de forma mais inclusiva e representativa.

Em outro estudo, Baile (2016) expos que como corpos colegiados, os Conselhos Escolares possuem um potencial imensurável para espelhar os valores intrínsecos, as demandas reais e os objetivos almejados pelas próprias comunidades quilombolas. Ao reunir representantes dos pais, estudantes, educadores, funcionários escolares e membros da comunidade, esses

conselhos criam um espaço propício para a articulação de diferentes perspectivas, enriquecendo assim o processo decisório com visões plurais e autênticas.

Para Baile (2016), além do aspecto democrático, os Conselhos Escolares também desempenham um papel vital na contextualização e relevância da educação quilombola. Por meio da participação ativa das pessoas ligadas à comunidade, os currículos e programas pedagógicos podem ser adaptados para incorporar conteúdo que se relacionem com a história, cultura e vivências das comunidades quilombolas. Isso não apenas enriquece a experiência educacional, mas também fortalece o senso de identidade e pertencimento entre os estudantes quilombolas.

Vale mencionar conforme Sousa et al. (2016), que, além de moldar os aspectos educacionais, os Conselhos Escolares também podem influenciar decisões práticas, como a alocação de recursos financeiros e infraestruturais. Através de um processo transparente e colaborativo, eles ajudam a priorizar necessidades específicas das escolas quilombolas, assegurando que os investimentos estejam alinhados com os interesses e necessidades locais.

No entanto, Sousa et al. (2016) entendem que, para que os Conselhos Escolares cumpram plenamente seu papel transformador, é essencial que haja um comprometimento sólido e uma capacitação contínua dos membros, garantindo que eles possam contribuir de maneira eficaz para as deliberações e para o acompanhamento das ações. Além disso, é fundamental que as autoridades educacionais reconheçam a autonomia e a importância desses conselhos, fornecendo o suporte necessário para que operem de maneira eficiente e empoderada.

Silva; Santos; Silva (2021) entendem que nas escolas quilombolas, os Conselhos Escolares podem funcionar como espaços de diálogo e interação entre pais, estudantes, professores, funcionários e representantes da comunidade. Eles podem desempenhar um papel crucial na definição de diretrizes educacionais, no planejamento curricular, na alocação de recursos, na avaliação de programas e na resolução de questões relevantes para a escola e a comunidade.

Além disso, os Conselhos Escolares podem ser uma forma eficaz de assegurar que a educação quilombola seja verdadeiramente participativa e sensível às necessidades locais. Eles podem contribuir para a promoção de práticas educacionais que respeitem e valorizem a cultura, a história e as tradições das comunidades quilombolas, permitindo que essas escolas sejam espaços de empoderamento e afirmação da identidade quilombola (Silva; Santos; Silva, 2021).

No entanto, Custodio (2019) destacou ser importante reconhecer a eficácia dos Conselhos Escolares nas escolas quilombolas depende de diversos fatores, como a representatividade, a capacitação dos membros, a comunicação eficiente e o apoio das autoridades educacionais. Além disso, as particularidades de cada comunidade quilombola podem influenciar a maneira como os Conselhos Escolares são estruturados e funcionam.

Em síntese, os Conselhos Escolares desempenham um papel fundamental nas escolas quilombolas, promovendo a democracia, a participação comunitária e a adaptação da educação às necessidades e características das comunidades quilombolas. Quando bem implementados e envolvidos em um contexto de respeito à cultura e à identidade quilombola, esses conselhos podem contribuir significativamente para o fortalecimento da educação escolar quilombola e para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária (Custodio, 2019).

5. Considerações Finais

Através da revisão de literatura, conseguiu-se alcançar os objetivos, responder a problemática, e confirmar a hipótese da pesquisa. Os Conselhos Escolares nas escolas quilombolas desempenham um papel vital na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e contextualizada. Ao estabelecer um espaço de participação e diálogo, eles não apenas empoderam as comunidades quilombolas, mas também promovem a igualdade, respeito à diversidade e o fortalecimento das identidades culturais nas instituições educacionais.

Os Conselhos Escolares ocupam uma posição central nas escolas quilombolas, emergindo como agentes impulsionadores da gestão democrática e da participação comunitária. Esses órgãos colegiados não apenas encarnam os princípios fundamentais da democracia e da coletividade, mas também servem como meios essenciais para traduzir os valores, as aspirações e as necessidades das comunidades quilombolas em práticas educacionais tangíveis.

Ao permitir que uma variedade de vozes se reúna para moldar o rumo da educação, os Conselhos Escolares garantem que as decisões sejam fundamentadas em uma rica tapeçaria de perspectivas, garantindo assim uma representação mais fiel dos interesses da comunidade. Além disso, a presença ativa desses conselhos possibilita que a educação seja adaptada para refletir a identidade cultural e histórica das comunidades quilombolas, transformando a sala de aula em um espaço onde os estudantes se reconhecem e se empoderam.

A relevância dos Conselhos Escolares transcende as deliberações pedagógicas, estendendo-se à alocação de recursos e ao planejamento estratégico. Através de processos transparentes e colaborativos, esses conselhos auxiliam na priorização de iniciativas que atendam às necessidades locais, assegurando que a educação seja um trampolim para o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento das comunidades quilombolas.

No entanto, o sucesso dos Conselhos Escolares requer um compromisso contínuo com a capacitação dos membros e com a garantia de autonomia frente às autoridades educacionais. Somente através de uma colaboração genuína e um entendimento mútuo, esses conselhos podem realizar plenamente seu potencial transformador, contribuindo para uma educação mais inclusiva, equitativa e culturalmente enriquecedora.

Por fim, os Conselhos Escolares não apenas ecoam os valores democráticos nas escolas quilombolas, mas também catalisam uma mudança positiva e sustentável, cultivando um ambiente educacional que nutre a identidade, o respeito mútuo e o crescimento harmonioso das comunidades quilombolas. Sua influência ressoa não apenas nas salas de aula, mas também no tecido social e cultural mais amplo, construindo pontes entre o passado, o presente e um futuro vibrante para as gerações quilombolas vindouros.

Referências

- ARRUTI, José Maurício. Conceitos, normas e números: uma introdução à educação escolar quilombola. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 12, n. 23, p. 107-142, 2017.
- BAILE, Stanley. Dinâmicas raciais no Brasil contemporâneo: uma revisão empírica. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, v. 23, n. 1, p. 53-74, 2016.
- BRASIL. Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília: PRONAF/CE, 2004.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2004.
- BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECADI/SEPPPIR, 2009.
- CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil. **Revista Nera**, v. 1, n. 35, p. 199–217, 2017.
- COSTA, Pedro Léo Alves; ANDRADE, Luciano Pires de; ANDRADE, Horasa Maria Lima da Silva. Formação docente e educação escolar quilombola: compreensão através de uma análise da literatura. **SciELO Preprints**, v. 3, n. 14, p. 1-21, 2022.
- CUSTODIO, Elivaldo Serrão. Educação escolar quilombola no estado do Amapá: das intenções ao retrato da realidade. **Educação**, v. 44, n. 13, p. 1-19, 2019.
- DOS SANTOS MIRA, Rosenilde; PINTO, Jacyguara Costa. Evasão escolar na escola Quilombola: principais fatores nos anos finais do ensino fundamental. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 5, p. 121-135, 2023.
- DOS SANTOS SILVA, José Claudio; PONTES, Edel Alexandre Silva. O Ensino Médio Integrado e suas formas: conceitos e questionamentos. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 07, p. 8902-8917, 2023.
- DOURADO, Luiz Fernandes (org.). **Gestão da educação escolar**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2006.
- FRANCO, Renata Maria da Silva; GOMES, Claudia. Educação inclusiva para além da educação especial: uma revisão parcial das produções nacionais. **Rev. psicopedag.**, v. 37, n. 113, p. 194-207, 2020.

FURTADO, Marcella Brasil; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira; ALVES, Cândida Beatriz. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da Psicologia Cultural. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 106-115, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.^a ed. São Paulo: Atlas, 2020.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ed. Cortez, 2016.

SANTOS, Raquel Amorim dos; SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e; SILVA, Valdecira Carvalho. A concepção do conselho escolar sobre a gestão democrática no contexto da educação quilombola. **Revista Teias**, v. 22, n. 66, p. 398-413, 2021.

SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e; SANTOS, Raquel Amorim dos; SILVA, Valdecira Carvalho. A concepção do conselho escolar sobre a gestão democrática no contexto da educação quilombola. **Revista Teias**, v. 22, n. 66, p. 398-413, 2021.

SOUSA, Lucilene Maria de; MARTINS, Karine Anusca; JESUS, Linda Priscila Barbosa de; MONEGO, Estelamaris Tronco; ALEXANDRE, Veruska Prado. Conselho de alimentação escolar em escolas quilombolas goianas: exercício do controle social. **Revista UFG**, v. 16, n. 18, p. 1-18, 2016.

VERCELLI, Lígia; BAUER, Carlos. Gestão educacional: limites e possibilidades. **Cadernos de Pós-graduação**, v. 18, n. 1, p. 1-4, 2019.